No que concerne às importações do produto vindas dos países do Mercosul, em grande destaque aparecem a Argentina e o Paraguai, cujas produções poderão ser incrementadas, uma vez que já superam o consumo interno. No caso do Paraguai, o produto ofertado deverá ser de qualidade superior ao da colheita passada, que foi de fibra curta, dificultando sua comercialização. A safra paraguaia anterior fora prejudicada pelas pragas decorrentes do plantio de sementes alternativas à "reba", que será novamente utilizada para a próxima semeadura. Cerca de 70% do plantio deverão ser feitos com esse tipo de semente, que é a mais antiga na cultura do algodão naquele país.

No mercado internacional, segundo dados do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, durante o primeiro semestre do ano, as cotações do algodão apresentaram uma tendência ascendente, em face da intensificação da demanda na Europa e no leste da Ásia, ao passo que a produção mundial tem mostrado ligeira redução. Como conseqüência direta, os estoques mundiais reduziram-se, podendo alcançar um patamar relativamente baixo em relação à demanda.

Em meados do ano, verificou-se um aumento da produção global, mas não o suficiente para atender ao contínuo crescimento da demanda, o que vem sendo creditado à expectativa de desenvolvimento econômico mundial e, por outro lado, debitado a diversos tipos de doenças que deverão impedir o crescimento da área plantada em alguns países produtores.

As estimativas da produção mundial para a safra 1993/94 são de 16,6 milhões de toneladas, ou seja 20% a menos do que o recorde de 1991/92, que alcançou 20,8 milhões de toneladas. O consumo está projetado em 18,4 milhões de toneladas. Para as novas safras de 1994/95 e 1995/96, as estimativas apontam oferta de 18,2 milhões e 19 milhões de toneladas, respectivamente, e demanda correspondente de 19 milhões de toneladas e 19,5 milhões de toneladas.

O complemento para suprir a demanda interna deverá ser atendido primeiramente pelas importações dos países do Mercosul.

Este panorama de aumento maior da demanda em relação à produção e de gradativa redução dos estoques globais deverá causar uma elevação dos preços internacionais (índice Cotlook "A"), dos atuais US$0,57 por libra-peso para algo próximo a US$0,77 por libra-peso, conforme as previsões do CCIA.

VIRGINIA CARDOSO WANICK VIEIRA

MILHO

Milho — prognóstico de safra 1994/95

A produção brasileira de milho, em anos recentes, tem conseguido satisfazer a demanda até com certa folga, em virtude de alguns fatores extemporâneos. Estes fatores seriam, especialmente, o clima favorável registrado nos últimos três anos-safra e a consolidação da segunda safra (ou safrinha) como opção de cultivo de inverno. De uma forma um pouco diferente, mas também importante, o recente afastamento do governo das ações concernentes às importações do produto também teve efeitos benéficos sobre o mercado.

Tradicionalmente, falar-se em cultura do milho implica trazer à mente o quadro típico das lavouras de abastecimento interno: insuficiente apoio governamental, canais tortuosos de comercialização, pequeno porte do produtor e a conseqüente baixa utilização de tecnologia.

Por outro lado, é importante que não se deixe também de observar a imobilidade do governo no sentido de buscar diferenciar as características mercadológicas do milho. Afinal, um aspecto especialmente afeto a este grão contribui para distingui-lo de outras culturas direcionadas ao consumo interno, tais como o feijão, a mandioca e o arroz: seu consumo *in natura* por parte da população é baixo, o que faz com que, diferentemente do observado naqueles três outros produtos, praticamente inexista acompanhamento de seus preços na ponta do varejo. Por isso o aumento de suas cotações quando de uma eventual quebra de safra fica mascarado, na medida em que, para o grande público, é visível somente a elevação dos preços das carnes de pequenos e médios animais e dos ovos.

Assim, a situação do milho é não só *sui generis* devido a esses contrastes, como também delicada, pois hoje dele depende um gigantesco rebanho de suínos e aves de cor-

te, responsável por produção equivalente a cerca de 30% da disponibilidade total de carnes do país.[1] Afinal, sabendo-se que perto de 80% de todo o milho produzido internamente são consumidos sob a forma de ração, fica fácil entender quão estratégica é a sua posição na agropecuária brasileira.

Desde o ano-safra 1991/92, o balanço de oferta e demanda do milho vem acusando a boa influência ditada por colheitas próximas a 30 milhões de toneladas. De fato, considerando-se que, a partir daquela temporada, o consumo vem-se colocando em patamares também ao redor dessa quantidade, o país tem, pelo menos, conseguido colher o suficiente para suprir seus rebanhos. À exceção do ano-safra 1992/93, as tímidas importações realizadas em 1991/92 e em 1993/94 refletiram as necessidades localizadas do produto, especialmente no Nordeste, e explicam-se pelas melhores condições das aquisições à Argentina, em comparação com as compras do cereal armazenado no Centro-Oeste brasileiro (ver tabela 1).

Tabela 1
Milho argentino menos vantajoso
Milho — preços médios ponderados
CIF Nordeste (US$/60kg)

Anos	Procedência Goiás (A)	Procedência Argentina(B)	A/B
1989	10,03	9,27	1,08
1990	9,76	9,62	1,02
1991	9,25	8,96	1,03
1992	9,61	8,91	1,08
1993	10,11	9,28	1,09
1994[1]	8,86	8,89	0,99

Fonte: Abimilho.
[1] Até junho.

Por seu turno, o crescimento paulatino da colheita da segunda safra em estados localizados no Centro-Sul colaborou não só para aumentar a quantidade disponível do produto, como também para amenizar os tradicionais efeitos da entressafra sobre os preços (ver Estatítiscas agropecuárias. *Agroanalysis*, *14* (2), out. 1994). Com isso, o costumeiro efeito altista sobre os preços das carnes alternativas à bovina, determinado pela entressafra desta última, pôde ser parcialmente amenizado, gerando reflexos obviamente favoráveis tanto para os produtores de aves e de suínos, como para os consumidores finais de seus produtos.

Finalmente, a mencionada liberdade à realização de importações de milho por parte da iniciativa privada levou a que o mercado do grão passasse por uma silenciosa e importante mudança. Isso porque esse novo *formato* de política comercial passou a implicar maior atenção quanto à qualidade do produto, detalhe ao qual o modelo até então vigente de compras estatais não concedia espaço. Por tabela, a entrada de milho argentino de boa qualidade no mercado brasileiro, ao ressaltar as deficiências do produto nacional, tornou os consumidores mais exigentes, exigência esta que vem influenciando a própria cultura nacional, forçando-a a elevar a qualidade do seu produto. Afinal, por mais que se possa adquirir o grão à Argentina, aquele país nunca o terá em quantidade suficiente para suprir a necessidade total brasileira,[2] que já rompeu a barreira de 30 milhões de toneladas.

Em conseqüência, vem-se notando uma intensificação nos programas de repasse de sementes aos agricultores por parte das indústrias voltadas para o fabrico de produtos derivados de milho destinados à alimentação humana. No caso, os plantadores recebem o insumo adequado às necessidades da indústria, que busca assim aprimorar a qualidade de seu produto final. Ou seja, a agroindústria do milho procura driblar as deficiências qualitativas do grão obtido a partir das sementes cujo desenvolvimento genético visa prioritariamente ao aumento do rendimento físico e da precocidade. Trata-se, portanto, de movimento da maior importância, na medida em que traduz interesse simultâneo na cultura em si e na expansão do consumo humano de derivados de milho. Restaria, apenas, agregar a essa política a praxe de pagamento diferenciado pelo produto de melhor qualidade, hábito ainda desconhecido por parte das indústrias adquirentes.

Quanto aos recursos oficiais para o financiamento da safra 1994/95, os valores básicos (VBC) divulgados pelo governo mostraram-se iguais ou superiores, em termos reais, aos da safra precedente no caso das duas últimas faixas (ou seja, as mais relevantes), muito embora tenham sido todas inferiores aos valores de 1992/93 (ver tabela 2). Observe-se, ademais, que, em 1993/94, todas as faixas, sem exceção, tiveram perdas reais de 13% a 17%, frente às de 1992/93.

Por outro lado, não se pode esquecer que, dadas as dimensões do acúmulo das dívidas rurais de custeio pretéritas, seria natural que houvesse um afastamento paulatino dos agricultores do crédito oficial. Assim, a sua tomada de crédito está passando por fase delicada, na medida em que os de grande porte dele podem prescindir, enquanto os de menor porte o têm evitado por temerem a evolução dos juros reais.

Equivalência-produto e preço mínimo são importantes para a cultura

Por seu turno, o milho dispõe de dois trunfos muito

[1] Incluíram-se as carnes bovina e de pescado neste agregado.

[2] Para 1994/95, o USDA estimou que a disponibilidade argentina para exportação seja de pouco mais de 5 milhões de toneladas, a partir de colheita da ordem de 10,5 milhões de toneladas.

particulares no que diz respeito ao atual plantio, que são o sistema de equivalência-produto vigente em 1993/94 e o preço mínimo de R$6,34/60kg fixado pelo governo para a atual temporada. De fato, esses dois instrumentos complementam-se, uma vez que o sucesso do programa de equivalência existirá na medida em que este se baseie em cotação suficiente para cobrir os custos de produção.

Tabela 2
VBC 5% maior em 1994/95 (R$/ha)
Brasil — milho: valores básicos de custeio

Faixas de rendimento	Anos-safra		
	1992/93	1993/94	1994/95
Até 900kg/ha	73,66	61,11	59,75
De 901 a 1.500kg/ha	100,39	86,71	89,72
De 1.501 a 2.500kg/ha	187,17	163,52	169,19
De 2.501 a 3.500kg/ha	237,84	199,38	217,92

Fonte: Ministério da Agricultura.
Obs.: Valores reais para julho de 1994.

De acordo com dados da Conab, o preço médio do milho nos últimos 10 anos, no Paraná, medido em dólares, foi de US$5,98/60kg, enquanto a média para 1993 manteve-se em US$6,21/60kg, chegando a US$6,39/60kg entre o final do mês de agosto e início de setembro últimos. Complementarmente, a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) propôs que o preço mínimo do grão em 1994/95 fosse de R$6,30/60kg, além de ter divulgado, em meados de agosto, que o custo variável para a cultura, à produtividade de 4.320kg/ha, seria da ordem de US$5,19/60kg.

Mais interessante ainda foi o estudo elaborado pela Conab quanto ao comprometimento da produtividade física das várias culturas de verão no Paraná para o pagamento dos respectivos custeios após a venda à base do preço mínimo.[3] Quando avaliado em termos do rendimento médio no estado, os saldos remanescentes ao produtor colocam o milho em vantagem frente às outras lavouras: considerando-se a obtenção de 3.500kg do grão por hectare, o comprometimento oscilaria entre 67% (para míni e pequenos produtores) e 69% (para as demais categorias), gerando portanto um saldo médio remanescente próximo a 32%. No caso do algodão, a 1.800kg/ha, o saldo remanescente seria da ordem de 10%; para o feijão a 800kg/ha e para a soja a 2.500kg/ha, ambos os remanescentes seriam da ordem de 27%.

Fica claro, portanto, que a perspectiva de repasse do milho ao governo dentro do programa de equivalência-produto (dentro do limite fixado pelo governo de R$240 mil por cultura e tomador) garante, desde já, certa tranqüilidade ao agricultor que se dedicar a esse cultivo. A partir do momento em que o crédito de custeio passa a ser considerado em termos de um número preestabelecido de sacas do produto, sem dúvida a perspectiva de pagamento futuro desse empréstimo passa a ser amenizada por estar expressa numa *moeda* e numa quantidade definidas e facilmente compreensíveis para o homem do campo. Além do mais, conforme comprovado, a receita advinda desse repasse ao preço mínimo seria em princípio bastante razoável.

E, por último, não há indicadores de que o preço de mercado possa vir a apresentar aumentos substanciais que o afastem da cotação utilizada para as compras governamentais. Afinal, a oferta mundial do cereal deverá ser ampla, devido à boa safra norte-americana, mantendo as cotações internacionais sob pressão. Esse fato, aliado à valorização do real frente ao dólar norte-americano, tornaria as importações atraentes.

O grande complicador em relação ao futuro da safra de milho 1994/95 será o clima, pois a seca que se arrasta há cerca de 90 dias no sul do país, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul tem forçado mudanças em relação às tendências iniciais de plantio da safra de verão como um todo.

A título de exemplo, o prazo de plantio do feijão das águas esgotou-se, tendo-se tornado desaconselhável insistir em sua semeadura a partir da segunda metade do mês de setembro. Da mesma forma, o plantio da soja poderia ser repensado, já que também este produto dispõe de prazo menos elástico do que o milho, além de não ser tão resistente quanto este último. Há, porém, uma corrente que defende exatamente o oposto, ou seja, que a estiagem pode estimular mais ainda a soja em detrimento do milho, via semeadura das variedades precoces da leguminosa. Assim, com ciclo menos longo do que o do milho, a soja precoce seria a saída para um plantio atrasado, na medida em que, além de escapar de condições climáticas menos favoráveis mais à frente, facultaria o plantio da safrinha de milho, ou do feijão da seca, dentro do prazo normal destas culturas de inverno.

A entrada de milho argentino de boa qualidade no mercado brasileiro, ao ressaltar as deficiências do produto nacional, tornou os consumidores mais exigentes.

Colaborarão também favoravelmente para as boas perspectivas do plantio do milho na porção meridional do país em 1994/95 a conjuntura adversa do mercado da soja e a perspectiva de crescimento continuado da criação avícola. É óbvio que a evolução recente dos preços obtidos pelo milho colhido na safra 1993/94 desempenhou papel importante nessa perspectiva: ao longo dos seis primeiros meses do presente ano, a média dos preços mensais recebidos pelos produtores, no Paraná, medida em dólares, foi semelhante à obtida no mesmo período de 1993, que por sua vez fora 15% maior do que o registrado entre janeiro e junho de 1992. Observe-se o fato interessante de que, embora a colheita e o suprimento de 1993/94 tenham sido, respectivamente, 10% e 5% maiores do que

[3] Para a soja, a Conab utilizou o preço histórico de R$10,00/60kg.

os precedentes, não ocorreu a tradicional retração dos preços, o que provavelmente encontra explicação na firmeza da demanda.

No caso deste último fator, de janeiro a outubro o segmento avícola de corte cresceu 8% em relação ao mesmo período de 1993, segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Pintos de Corte (Apinco), enquanto a União Brasileira de Avicultura (Uba) contabilizou avanço de 6,3% na produção de ovos entre janeiro e novembro últimos em cotejo com o mesmo período de 1993. É de se supor que a produção de carne avícola mantenha sua rota de crescimento em 1995, considerando suas vantagens tanto nutricionais quanto de preço frente às outras carnes. Da mesma forma, o alojamento médio de matrizes de postura, entre janeiro e julho, foi quase 20% superior ao do mesmo período de 1993, subentendendo manutenção do ritmo crescente da produção de ovos. Dado que ambas as atividades criatórias responsabilizam-se por mais de 60% do consumo interno de milho, no que depender delas a produção deste cereal não interromperá sua marcha de crescimento.

A oferta mundial do cereal deverá ser ampla, devido à boa safra norte-americana, mantendo as cotações internacionais sob pressão.

Quanto ao consumo humano de produtos derivados do milho, seu nível no país ainda é desprezível, quando comparado ao consumo animal via rações: de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Moageiras de Milho (Abimilho), o processamento com aquele fim vem-se mantendo estável em 13% do consumo total do grão, desde o início da década de 80. A moagem a seco, em especial, corresponde a cerca de 36% do consumo industrial total (ou seja, menos de 5% do consumo total), e seu crescimento está diretamente ligado à alteração dos hábitos alimentares nos grandes centros a partir do encarecimento relativo da farinha de trigo pós-subsídio.

Há pequenas diferenças entre cada estado produtor

O quadro geral da cultura do milho para a safra 1994/95 pode ser muito bem visualizado no Paraná, principal produtor do cereal. As elevadas perdas que o estado amargou na última safrinha de milho refletir-se-ão sobre os resultados da safra de verão 1994/95, porquanto os agricultores encontram-se descapitalizados após terem investido pesadamente naquele plantio, contando em obter um retorno ainda melhor do que os 2.132kg/ha verificados na safrinha de 1993. Desta forma, a quebra de 40% na última safrinha frente à obtida na colheita equivalente de 1993 significou um rude golpe que certamente implicará menor disponibilidade de recursos para a aquisição de insumos modernos na atual temporada. Essa tendência é preocupante, levando-se em conta que, segundo levantamento do IBGE, no ano passado 43,2% da área cultivada com o grão da primeira safra paranaense prescindiram do uso de defensivos, perdendo apenas para o cultivo do feijão das águas (ver tabela 3).

Por outro lado, em face do preço mínimo atraente e da manutenção do sistema de equivalência-produto, seria irreal imaginar-se que a área plantada com o grão no estado em 1994/95 não venha pelo menos a repetir o observado um ano antes, até porque outros fatores estimulariam essa tendência: o encerramento do prazo do plantio do feijão das águas ditado pela estiagem, o custo muito menor de produção do milho frente à soja, o consumo crescente e garantido por parte da avicultura e as doenças que têm afetado a soja. Não foi por outro motivo que, em fins de agosto, o Deral estimou que a área semeada com o milho em 1994/95 ficaria estável frente aos 2,17 milhões de hectares registrados um ano antes. Resta a incógnita sobre o prejuízo que a estiagem trará ao rendimento físico da cultura, e que poderá diminuir ainda mais a previsão inicial de que a colheita ficará 2% abaixo das 7,4 milhões de toneladas de 1993/94.

Tabela 3
Milho usa pouco defensivo
Paraná — percentual de áreas cultivadas com utilização de defensivos, segundo as lavouras pesquisadas — 1994

Lavouras	A	B	C	D	E	F	G	H
Algodão	0,4	3,1	32,3	1,4	7,6	44,5	8,1	2,6
Batata	5,8	1,5	1,2	15,7	1,4	3,8	69,8	0,8
Café	23,3	2,7	14,0	12,1	2,5	1,0	5,5	38,9
Cana	0,0	48,5	8,5	0,0	0,0	30,1	0,0	12,9
Feijão	0,9	18,0	9,9	1,5	0,8	1,8	5,1	62,0
Milho	0,7	26,1	7,2	0,3	0,8	14,2	7,5	43,2
Soja	1,1	8,7	10,6	1,8	2,7	62,8	8,0	4,3
Trigo	7,7	11,0	13,9	11,7	5,2	22,7	18,8	9,0

Fontes: Prevs/PR-93, IBGE (DPE/Deagro/Diaps).
A: fungicida; B: herbicida; C: inseticida; D: fungicida e inseticida; E: fungicida e herbicida; F: inseticida e herbicida; G: fungicida, inseticida e herbicida; H: não usou.

Já no Rio Grande do Sul, é possível que ocorra avanço na área destinada ao milho frente ao 1,7 milhão de hectares registrado há um ano. Nesse estado, os agricultores têm considerado seriamente a hipótese de substituírem

parte da área cultivada com a soja pelo milho, por dois motivos: as doenças que têm atacado a leguminosa e que implicam a necessidade de rotação de culturas e a desfavorável perspectiva quanto ao preço da leguminosa no mercado internacional. Ademais, a produção estadual de milho em 1993/94, de 4,8 milhões de toneladas, foi ligeiramente inferior à precedente, fazendo com que a pressão da demanda gerasse aumento de 5,7% nos preços recebidos, medidos em dólar, entre janeiro e junho últimos, frente à média do mesmo período de 1993.

Concluindo o quadro da região Sul, as informações concernentes ao estado de Santa Catarina dão conta de que a tendência local é semelhante à do Rio Grande do Sul: no caso dos agricultores de maior porte, a área semeada com o milho deverá ser favorecida pelos baixos preços da soja e as doenças que têm atacado a leguminosa. Ademais, o cálculo prático realizado pelo homem do campo, quando se trata de optar entre as duas culturas, consiste em avaliar se o preço da soja é pelo menos o dobro do preço do milho; caso positivo, a escolha é feita em favor da leguminosa e vice-versa. Com a tendência depressiva das cotações da soja, o agricultor tem assumido que a relação entre esses dois preços será inferior a esse patamar mínimo, o que termina por favorecer a semeadura do milho. Por outro lado, há fortes evidências de uma significativa redução na aquisição de sementes melhoradas em algumas das maiores regiões produtoras catarinenses, o que, aliado ao atraso do plantio ditado pela estiagem na segunda quinzena de agosto, forçosamente prejudicará o rendimento físico.

As perdas ocorridas no Paraná na última safrinha de milho refletir-se-ão na safra de verão 1994/95, porque os agricultores estão descapitalizados.

São Paulo é o único estado do Centro-Sul brasileiro que, em 1993/94, reduziu significativamente a área semeada com o milho, frente à anterior (-13%). O motivo dessa retração foi a opção prioritária que os agricultores à época fizeram em favor da soja e do feijão, cujos preços eram mais atraentes do que os do milho. Por sua vez, a concorrência da cana em termos da área plantada continua expressiva nesse estado, embora haja o sentimento de que essa cultura já tomou todos os espaços disponíveis para o seu plantio.

Para 1994/95, o atraso no repasse das instruções de crédito à rede bancária também está atrapalhando a definição quanto às opções de culturas em solo paulista. Se a concorrência com a soja deverá diminuir, por outro lado há sinais de que o plantio do algodão possa vir a competir com o do milho. Além do mais, em regiões de microclima que usualmente apresentam veranico em dezembro, o atraso na semeadura do cereal certamente desestimularia o cultivo.

De acordo com levantamento realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) durante a segunda quinzena de setembro, a área a ser semeada com o milho em São Paulo deverá alcançar 961 mil hectares, ou 5% a mais do que um ano antes. Dado que está prevista a repetição do rendimento físico de 3.225kg/ha, a colheita poderá chegar a 3,1 milhões de toneladas.

O estado de Minas Gerais costuma semear o milho da primeira safra mais tardiamente do que as outras unidades da Federação. Nesse caso, os agricultores mineiros deverão sentir com menos intensidade o atraso na liberação do crédito de custeio, muito embora também lá se observe uma aversão dos produtores à tomada desses recursos. Por outro lado, a reação local ao preço mínimo de R$6,32/60kg foi favorável, na medida em que ele não só está muito próximo do preço de mercado (R$6,50/60kg em fins de agosto), como também porque a renda por ele garantida suplantaria o custo do VBC com margem de quase 20%, à produtividade média estadual de 2.500kg/ha.[4]

No caso do Centro-Oeste, destaca-se o estado de Goiás, com 60% da área total cultivada com o milho na região. Sua posição geograficamente estratégica em relação ao Nordeste brasileiro não tem sido mais suficiente para lhe garantir as vendas a esta região, o que lhe tem trazido dificuldades no gerenciamento de estoques, ainda mais depois que a *safrinha* se solidificou ao sul do país. De qualquer forma, tipicamente o agricultor goiano voltado à produção de grãos realiza rotação com o milho e a soja, sendo que a sua escolha este ano dependerá de sua análise em relação às vantagens e desvantagens de ambos.

Quanto à soja, a grande vantagem sem dúvida reside no fato de tratar-se de uma verdadeira moeda, aceita por todos na aquisição de qualquer bem. Por outro lado, sua maior desvantagem é o seu alto custo de produção e o fato de o seu rendimento físico já ter alcançado o *teto* dos 2.500kg/ha: apenas para cobrir os custos desse plantio na região, o agricultor deveria obter entre 2.300 e 2.400kg/ha. Além do mais, a soja tem sofrido novas doenças (tais como o *cancro da haste*), às quais cerca de 80% das variedades de soja lá plantada são suscetíveis.

Quanto ao milho, os prós e contras são vários. A vantagem é, primeiramente, seu custo de produção: obtendo-se 3.500/3.800kg/ha, cobrem-se as despesas, sendo que o rendimento local alcança até 4.800kg/ha. Além do mais, o sistema de equivalência-produto costuma estimular a semeadura do grão, uma vez que não raro os agricultores o plantam em parceria com a soja, financiando parte do custeio da leguminosa com o lucro auferido com o milho através daquele programa. Quanto às desvantagens, no momento elas se concentram no elevado nível dos estoques nesse estado, problema agravado pelo fato de que um percentual considerável deles se compõe de milho mole (cuja durabilidade é menor do que a do milho duro).

IRENE RAGUENET TROCCOLI

[4] Essa produtividade equivale a 41 sacas/ha, subentendendo renda total de R$259,12/ha ao preço mínimo, ou 19% a mais do que o VBC de R$217,92/ha para essa faixa.